



A invisibilidade da questão da moradia nas pesquisas em telejornalismo

Resumo:

A dificuldade de acesso à moradia ainda é um problema que afeta milhões de famílias brasileiras. No entanto, este assunto é abordado pela mídia de maneira pontual e superficial. Nas emissoras de TV, por exemplo, grande parte da cobertura se restringe a matérias sobre manifestações de movimentos sociais de luta pela moradia ou a reportagens a respeito de ações de reintegração de posse. Para verificar se e como os estudos de telejornalismo estão abordando essa questão, este artigo apresenta um levantamento das pesquisas realizadas nos últimos cinco anos em dois dos maiores eventos acadêmicos da área de comunicação do país: o Congresso Nacional da Intercom e o Encontro Nacional da SBPJor. Foi possível, então, constatar que há uma invisibilidade da questão da moradia nos estudos em jornalismo, sobretudo quando as pesquisas se referem aos produtos jornalísticos produzidos para a TV.

Palavras-chave: telejornalismo; moradia; habitação; déficit habitacional; políticas públicas.

1. Introdução

O déficit habitacional no Brasil é de 6,068 milhões de moradias, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mais recente, feita em 2014 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Isso significa milhões de famílias morando em ocupações irregulares, debaixo de lonas ou em barracos, em condições precárias e sem nenhum acesso a serviços básicos como água, eletricidade, saneamento e infraestrutura, como drenagem e pavimentação das ruas. Apenas no estado de Sergipe, onde a população é de 2.265.779 habitantes, existe a necessidade de 69.032 novas unidades habitacionais, segundo estudo da Fundação João Pinheiro (2016).

Essa falta de acesso à moradia se contrapõe a um direito constitucional de todo cidadão brasileiro, assegurado pelo Artigo 6º da Carta Magna, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988 – grifo adicionado). No entanto, as políticas públicas de habitação não recebem da mídia a mesma atenção que as demais ações do poder público, principalmente no tocante a segurança, educação e saúde.

Nos telejornais, por exemplo, nota-se que a maior parte das reportagens a respeito da falta de moradia está relacionada à cobertura de manifestações de movimentos sociais ligados à luta em defesa de programas de habitação popular. Pouco ou quase nada se fala da quantidade de famílias que moram em ocupações irregulares. Aliás, muitas vezes as câmeras só se voltam para os que vivem em situação de vulnerabilidade social e financeira quando há ações de reintegração de posse, que provocam conflitos para a remoção dos ocupantes de terrenos “invadidos”, ou em protestos realizados por movimentos organizados para cobrar políticas públicas de habitação.

Ao mesmo tempo, estratégias governamentais de acesso e inclusão aos programas de moradia popular, debates sobre o planejamento urbano participativo e a destinação de áreas reservadas à habitação popular, como as chamadas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), por exemplo, raramente têm espaço no noticiário. A cobertura desses temas é pontual e superficial até mesmo no jornalismo local, onde os profissionais da imprensa vivenciam uma relação muito estreita com as identidades socioespaciais. Ou seja, como as prefeituras são responsáveis por criar e executar as políticas de habitação e acesso à moradia popular, caberia justamente aos jornalistas que atuam nessa escala “fiscalizar” este tipo de ação, no entanto, apesar da proximidade com a cidade, nem sempre os jornalistas estão atentos a esta questão.

Estar mais perto permite ver os acontecimentos com “outros olhos”, mas não necessariamente com mais nitidez, dependendo do conhecimento e/ou envolvimento do jornalista ou do relacionamento do veículo com os lugares, os acontecimentos e os personagens da narrativa (AGUIAR, 2016, p. 56).

Esta observação despertou o interesse em investigar a maneira como o problema do déficit habitacional na região metropolitana de Aracaju está sendo abordado pelas

duas emissoras locais de TV comercial aberta, a TV Atalaia (afiliada Rede Record) e a TV Sergipe (afiliada Rede Globo). O que resultou em um projeto de Mestrado aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal de Sergipe, iniciado em 2017.

Do ponto de vista teórico, parte-se do princípio de que não se pode estudar a questão da moradia/habitação sem compreender as cidades como territórios em constante disputa entre grupos hegemônicos – representados por agentes do capital financeiro, como a especulação imobiliária e o crescimento da exploração econômica, como a mineração, a pesca e o agronegócio (ROLNIK, 2015, pág. 149) – e contra-hegemônicos – a exemplo de movimentos sociais que visam garantir a participação popular nos processos de planejamento urbano e na luta pelo “direito à cidade”.

Neste conflito, diversos elementos influenciam a construção dos limites territoriais, tais como economia, política, cultura, identidade e, claro, a comunicação. Tudo isso ligado a uma demarcação de fronteiras, através de estratégias de “dominação” e “apropriação” do espaço por parte de determinados agrupamentos sociais. O que, segundo Borges (2013), significa dizer que o território é “resultante da apropriação coletiva do espaço por um determinado grupo guiado por critérios e normas pré-estabelecidas”.

Segundo Haesbaert, as ideias de “domínio” e “apropriação” significam dizer que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “*controle simbólico*” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1999, p. 42 apud HAESBAERT, 2003, grifo adicionado).

Compreender a disputa pela apropriação do espaço urbano fica mais evidente ao considerar que o *espaço físico* (isto é, o lugar onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tal qual a *localização* sobre uma superfície, espaço habitado) é uma reprodução do *espaço social* (entendido como a posição de um sujeito em uma sociedade hierarquizada) ocupado pelos indivíduos (BOURDIEU, 1993). Neste processo, a cidade é transformada em mercadoria, de modo que a capacidade de dominar o espaço depende do capital que se possui e como consequência,

O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social (...). Inversamente, os que não possuem capital, são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (BOURDIEU, 1993, pág. 164).

A reprodução do *espaço social* no *espaço físico* também se dá através de uma correlação de forças, descrita por Milton Santos (2008) como o meio técnico-científico-informacional. Neste sentido, aqueles que detêm os meios de produção e disseminação da informação também possuem maior domínio sobre o território. O que, segundo o autor, inclui as empresas de comunicação como parte do processo de transformação do espaço:

Graças aos computadores e à sua integração às redes, *a mobilidade de notícias*, normas e comandos torna-se uma realidade, assegurando aos centros de decisão um real poder sobre os outros pontos do espaço. [...] Todos esses novos instrumentos de trabalho colonizam o território de forma seletiva, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento. (SANTOS, 2001, p.99, grifo adicionado)

Da mesma forma, Lefebvre (1998, *apud* SÁNCHEZ, 2003, pág. 41) chama a atenção para a relação entre a comunicação e o processo e mercantilização do espaço:

As novas redes de comunicação, informação e troca não se descolam de seus contextos sociais que constituem os vários mercados: local, regional, nacional e internacional, mercados de produtos, mercados de capitais, mercados de trabalho, mercado de obras, símbolos e signos e, por último, o mais recentemente criado, o mercado do espaço.

A partir do exposto, os meios de comunicação de massa podem ser entendidos como um dos elementos produtores do espaço urbano, capazes de influenciar no planejamento das cidades, seja reforçando ou minimizando um profundo estigma territorial. Portanto, a apropriação e domínio dos conteúdos veiculados nos telejornais, por exemplo, oferece possibilidades para que grupos hegemônicos e contra-hegemônicos possam disputar o espaço urbano, criando ou derrubando fronteiras, de modo a produzir novos territórios. Isso acontece porque,

ao adentrarem a esfera pública urbana, esses grupos e iniciativas atuam sobre o espaço, enunciando lugares através de um falar investido no agir – e de um

agir investido no falar – e construindo trajetórias no tempo e no espaço, através de suas táticas de atuação. (SERPA, 2011, p.35)

O mesmo acontece com os processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra, que são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade (ROLNIK, 2015, pág. 151), entre as quais, incluem-se as emissoras de TV. Levando-se em consideração que “nesse processo, o jornalismo local-regional exerce papel fundamental na disseminação dos projetos ideológicos e políticos em disputa” (AGUIAR, 2016, pág. 112), também é possível apontar uma necessidade de direcionar o olhar para os veículos de televisão local. Principalmente porque

o jornalismo local vem revelando algumas tendências. Os laços políticos locais tendem a ser fortes e a comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia (PERUZZO, 2005).

2. Procedimentos metodológicos

Como ponto de partida para a pesquisa proposta, buscou-se verificar se e como a questão da moradia vem sendo abordada no âmbito dos estudos de telejornalismo no Brasil, ou se, da mesma forma como acontece na mídia, este assunto ainda não despertou o interesse por um debate minucioso e aprofundado. Nessa direção, foi feito um levantamento temático com base nos trabalhos apresentados nos dois principais eventos acadêmicos que reúnem os grupos de pesquisa em Jornalismo no país, nos últimos cinco anos.

O Congresso Nacional da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação reúne a cada ano uma média de 3.500 pessoas, entre estudantes e pesquisadores do Brasil e do exterior, e é considerado o evento de maior prestígio na área de pesquisa em Comunicação. Já o Encontro Nacional da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo reúne, anualmente, uma média de 400 participantes, e tem se consolidado como o principal fórum brasileiro para a discussão acadêmica do jornalismo como campo científico.¹

¹ De acordo com dados obtidos nos portais da Intercom (<http://www.portalintercom.org.br/a-intercom>) e da SBPJor (<http://sbpjour.org.br/sbpjour/institucional/quem-somos>)

No caso da Intercom, os congressos são organizados em oito Divisões Temáticas (DTs), nas quais se inserem os Grupos de Pesquisa (GP). Na primeira delas, sobre Jornalismo, encontra-se o GP Telejornalismo, onde foi realizado o levantamento de 171 artigos publicados entre os anos de 2012 a 2016. Já o Encontro Nacional da SBPJor é dividido em duas modalidades: as Comunicações Livres – onde foram identificados 69 trabalhos apresentados sobre telejornalismo nos últimos cinco anos – e as Comunicações Coordenadas – onde durante os anos de 2012 e 2016 foram publicados 52 trabalhos em grupos de discussão especializados em telejornalismo.

O levantamento foi feito por meio de busca pelas palavras-chave “moradia” e “habitação” nos Anais de ambos os congressos, com o objetivo de identificar se algum artigo a respeito havia sido publicado fora dos grupos destacados neste estudo. Portanto, aqueles trabalhos que tratam da questão habitacional, mas que não fazem parte das pesquisas em telejornalismo, serão destacados aqui apenas a título de informação para identificar onde o assunto vem sendo estudado.

Importante destacar que este levantamento considera apenas os artigos que tratam do telejornalismo tradicional, ou seja, dos produtos jornalísticos produzidos para televisão, incluindo suas possíveis relações com outros meios. No entanto, os trabalhos a respeito dos produtos audiovisuais feitos para internet, a exemplo do chamado “webtelejornalismo”, não foram incluídos nesta pesquisa.

3. Moradia e habitação nos estudos de telejornalismo

O Grupo de Pesquisa em Telejornalismo da Intercom recebeu 171 trabalhos, nos últimos cinco anos, distribuídos da seguinte forma:

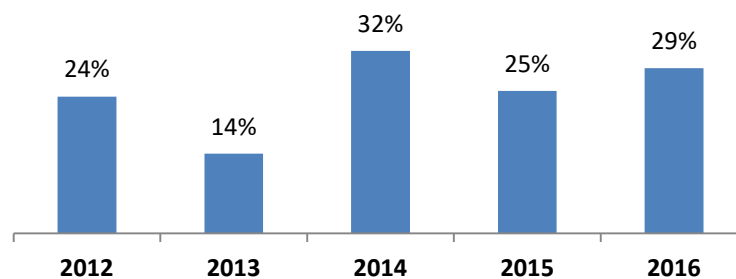
Tabela 1 – Publicações do GP Telejornalismo da Intercom

2012	2013	2014	2015	2016	Total
37 artigos	27 artigos	31 artigos	39 artigos	37 artigos	171 artigos

Neste período temas foram recorrentes, como a questão da violência e da segurança pública, presentes em todos os congressos nacionais, com ênfase, sobretudo, no sensacionalismo da cobertura feita por programas policiais. Outro assunto que tem des-

pertado cada vez mais interesse entre os pesquisadores é o fenômeno da convergência midiática, associado às questões da digitalização, da interação com a internet e do uso de redes sociais no telejornalismo. Apesar de algumas oscilações, esses temas apresentam uma trajetória ascendente nos últimos anos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Artigos sobre convergência/ interatividade/ digitalização no GP Telejornalismo



Outro aspecto curioso é que entre os telejornais estudados, o Jornal Nacional é o que mais gerou artigos científicos nos últimos cinco anos. São artigos que tratam desde a análise da cobertura de determinados temas ou acontecimentos, análises de discurso, pesquisas de audiência e recepção, até o perfil de apresentadores e recursos audiovisuais, entre outras abordagens. Isso demonstra o quanto o interesse pelo jornalismo em escala nacional ainda desperta mais interesse entre os pesquisadores do que os jornais locais.

Também vale destacar que, em 2015, o tema no Congresso nacional da Intercom sediado no Rio de Janeiro foi “Comunicação e Cidade Espetáculo”, levando em consideração os 450 anos da cidade sede e o fato da capital carioca ser o palco de megaeventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. No entanto, nada disso foi relacionado à questão da moradia, mesmo considerando que as “intervenções urbanísticas visando adaptar cidades para sediar megaeventos têm sido fontes adicionais de insegurança e de remoções forçadas” (ROLNIK, 2015, pág. 149).

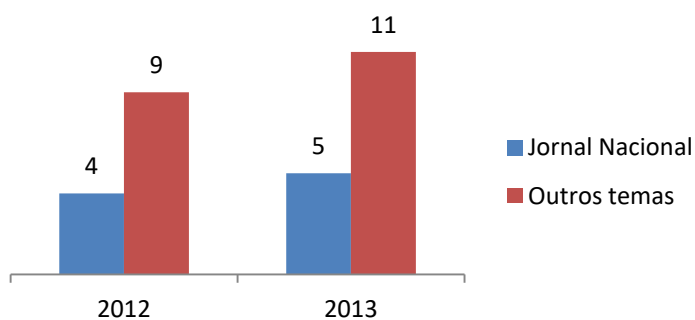
Já nos encontros nacionais da SBPJor, o número de trabalhos publicados sobre telejornalismo entre 2012 e 2016, nos segmentos Comunicações Livres e Comunicações Coordenadas são os seguintes:

Tabela 2 – Artigos sobre telejornalismo na SBPJor

	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Comunicações Livres	13	16	15	14	11	69
Comunicações Coordenadas	12	13	06	10	11	52

Mais uma vez, observou-se a predominância de artigos sobre a grande mídia, que valorizam sobretudo o Jornal Nacional. Para se ter uma ideia, nos dois primeiros anos analisados o JN foi objeto de estudo de mais de 30% dos trabalhos no campo do telejornalismo apresentados nas Comunicações Livres.

Gráfico 2 - Artigos sobre o JN nas Comunicações Livres dos encontros da SBPJor

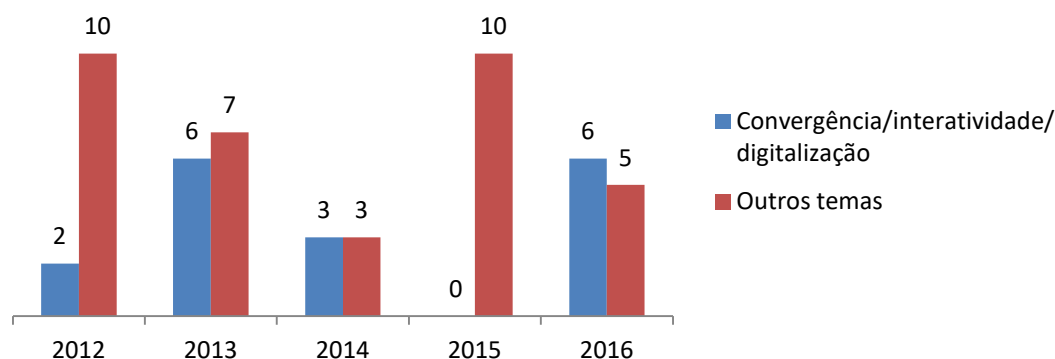


Nas Comunicações Coordenadas, o destaque principal tem sido a convergência/interatividade/digitalização. Com destaque para o ano de 2016, em que uma das Mesas Coordenadas tinha como tema principal “Telewhatsapp: paradigmas e perspectivas do jornalismo para telas (telejornalismo)” e trazia na ementa do grupo a seguinte descrição:

Frente aos inúmeros desdobramentos que tem trazido ao telejornalismo a digitalização de imagens eletrônicas e a facilitação do processo de produção e publicação de conteúdos em redes de compartilhamento, a proposta é a de discutir formatos, gêneros, conteúdos, linguagem, tecnologia, inovação e modelos que surgem a partir de diferentes espaços e propostas. A pergunta que norteia a discussão é como se pode pensar o telejornalismo neste contexto híbrido e quais as implicações mais imediatas ao ensino, a pesquisa, a extensão (no espaço acadêmico) e, por consequência ao mercado profissional deste campo específico do jornalismo (EMERIM, 2016).

A respeito deste tema, a frequência de artigos nas Comunicações Coordenadas pode ser observada da seguinte forma:

Gráfico 3 - Artigos sobre convergência/interatividade/digitalização nas Comunicações Coordenadas da SBPJor



3.1. A questão da moradia/habitação nos congressos nacionais da Intercom

Ao longo dos cinco anos selecionados para este estudo, apenas um artigo abordou um assunto relacionado à questão da moradia/habitação. Trata-se do trabalho intitulado “A Cobertura de Protestos Urbanos no JPB 1ª Edição: o caráter contextual dos critérios de noticiabilidade na construção de enquadramentos jornalísticos”. Nesta publicação, de 2012, o autor descreve através de um “diário de campo” as rotinas de produção de um telejornal local de uma afiliada da Rede Globo, com o intuito de identificar os critérios de noticiabilidade na cobertura de manifestações populares.

Um dos eventos descritos no artigo é um protesto iniciado por causa de um mandado de reintegração de posse que retirou famílias de um galpão pertencente à Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Sem ter para onde ir, os ocupantes se alojaram em uma praça pública e as equipes de reportagem foram acionadas para registrar o acontecimento. Porém, o artigo se propõe exclusivamente a descrever o ocorrido de dentro da redação jornalística e a avaliar, entre outros protestos descritos, quais foram os critérios usados pelos jornalistas para que o fato merecesse ser pauta de uma reportagem. Assim, não leva em consideração de que maneira o telejornalismo local está envolvido no debate sobre as políticas públicas de habitação, nem como a cobertura sobre o tema influencia no processo de planejamento urbano.

Já na busca geral por palavras-chave feita nos anais de cada ano pré-determinado (abrangendo todos os GPs do congresso nacional), foram encontrados apenas três arti-

gos que tratam sobre a questão da moradia/habitação. Um deles foi apresentado em 2014, no GP Geografias da Comunicação, com o título “A casa como sistema de comunicação: o caso da habitação social”. Neste estudo, o autor apresenta a moradia como um meio de comunicação, à luz da teoria de McLuhan, que considera a casa como um “equipamento técnico de extensão das pessoas”. O objetivo do trabalho foi defender que o “lar” é uma substância simbólica de um sistema de comunicação e que o programa de habitação social “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, deveria compreender essa ótica de modo a permitir que os beneficiários tivessem maior liberdade comunicacional, já que as casas padronizadas e de espaço limitado se tornam um sistema de regulação dos seus usuários por parte do Estado. No entanto, o artigo não apresenta uma reflexão sobre o déficit habitacional no país, nem como os meios de comunicação (sobretudo a TV) exercem influência sobre isso.

Outro artigo foi encontrado em 2015, no GP Gêneros Jornalísticos, que trata da questão da moradia da população de baixa renda em Macapá, capital do Amapá. O trabalho, intitulado “Estratégia metodológica para refletir sobre pertencimentos de moradia em Macapá/AP: uma proposta de crônica sociológica”, tem o objetivo de apresentar uma proposta de metodologia de análise sobre a questão da habitação no que diz respeito à narrativa e à problematização dos fatos. Nesse estudo, é interessante como a autora apresenta o modelo de pesquisa etnográfica para tratar do tema, através de entrevistas em profundidade, além de propor o uso das técnicas jornalísticas de reportagem e crônica. São propostas metodológicas que proporcionam ao pesquisador compreender melhor a realidade dos moradores de assentamentos populares e podem ser incorporadas à pesquisa em comunicação (a exemplo do telejornalismo) sobre a questão da moradia.

Ainda na busca geral nos Anais da Intercom, foi encontrado um artigo no GP Geografias da Comunicação, em 2016, sobre como a comunidade indígena da etnia Krahô está transferindo a ideia de “habitar” para os espaços digitais. O trabalho intitulado “Redes de redes: para pensar o território, a condição anímica e as impressões sobre a forma comunicativa do habitar Krahô em ambiente digital e não digital” investiga como o conceito de “habitar”, à luz de Di Felice, está incorporado tanto na aldeia quanto nos ambientes virtuais. O conceito trata da questão da habitação como ocupação de um terri-

tório, que pode ser tanto físico, quanto digital, mas não reflete sobre a questão de acesso a terras ou à moradia.

3.2.A questão da moradia/habitação nos encontros nacionais da SBPJor

Na busca por termos, não foi encontrado nenhum artigo com referência a “moradia” ou “habitação”. Somente numa busca mais detalhada, foi possível identificar dois trabalhos que se aproximam do tema da moradia/habitação. São duas publicações de 2014 que tratam do movimento Ocupe Estelita, realizado em Recife. A mobilização começou em abril de 2012 e ganhou força em maio de 2014, ao promover uma série de ocupações e manifestações contra o projeto Novo Recife, que previa entre outras ações, a demolição dos galpões do Cais José Estelita, com o objetivo de executar um conjunto de obras para atender os interesses do mercado imobiliário.

Um dos trabalhos, intitulado “A comunicação como forma de empoderamento sobre a cidade: o papel das redes sociais e do jornalismo local”, ressalta a importância das redes sociais como ferramenta de mobilização e disseminação de informações sobre o que estava acontecendo durante o movimento. Segundo o autor, as publicações em plataformas como o Facebook, Twitter e Instagram foram capazes de dar visibilidade ao protesto, de modo que os manifestantes conquistaram o apoio de grandes personalidades artísticas e repercussão na imprensa internacional (The Guardian, La Repubblica, El Pais, Los Angeles Times, BBC News Brasil e um telejornal da Al Jazeera). O artigo também destaca a importância do jornalismo local e relata como o silenciamento dos veículos de imprensa local dificultaram o processo de conseguir a revisão do projeto Novo Recife. Porém, o telejornalismo não ganhou destaque no artigo.

Ao contrário do que aconteceu no trabalho “O discurso telejornalístico na cobertura do #Ocupeestelita”, em que a cobertura da TV Globo Nordeste sobre o movimento foi objeto de uma análise discursiva. No artigo, o autor analisa matérias apresentadas no telejornal NETV 1ª edição em junho de 2014. Apesar de ser um movimento que se opõe às estratégias de dominação da especulação imobiliária, que gera exclusão no território urbano, o Ocupe Estelita não foi uma mobilização especificamente de luta pela moradia popular. Os manifestantes na verdade formaram uma frente de oposição ao processo de

gentrificação², que provoca uma crescente segregação/distinção social no espaço urbano, através da produção de equipamentos “residenciais de alto padrão associada à oferta de bens e serviços de topo de mercado” (SÁNCHEZ, 2003, pág. 61). Ou seja, mesmo que o Ocupe Estelita esteja inserido no mesmo contexto de financeirização da cidade, da qual também fazem parte os problemas de acesso à habitação, a questão da moradia não foi tema central do estudo.

Considerações finais

A partir do levantamento feito entre os anos de 2012 e 2016 nos dois congressos de maior relevância no campo da Comunicação, foi possível constatar que há uma invisibilidade da questão da moradia nos estudos em jornalismo, sobretudo quando as pesquisas se referem aos produtos jornalísticos produzidos para a TV. Para preencher esta lacuna, propõe-se sugerir uma “tomada de consciência” por parte dos pesquisadores a respeito da influência dos meios de comunicação no processo de produção do espaço urbano.

Feita esta observação, é possível afirmar que a pesquisa a respeito da cobertura da imprensa local sobre a questão do déficit habitacional é uma diretriz inovadora e relevante dentro do campo do telejornalismo. Afinal, diante do exposto, o que é veiculado na mídia televisiva tem a capacidade de aumentar a exclusão no processo de ocupação do território (e gerar maior dificuldade de acesso à moradia) ou garantir aos grupos em situação de vulnerabilidade social uma chance de reivindicar a participação popular nas instâncias de planejamento e gestão das cidades (como a promoção de políticas públicas de habitação).

Por fim, dentro deste tema é possível propor inúmeras abordagens, seja através da análise do conteúdo ou da análise do discurso de matérias veiculadas nas emissoras de TV local; investigação dos processos de produção de notícias ligadas ao tema; e estudos de audiência e recepção sobre os movimentos sociais de luta pela moradia são

² Gentrificação dos espaços é um processo de reapropriação dos mesmos pelo mercado através de operações urbanas que lhe conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientados para o consumo – residencial ou de serviços – das camadas médias. Apresentados, para fins mercadológicos, como espaços “revitalizados”, são porém espaços onde a população original vivencia a “revitalização” como processo que gera expulsão e apartação social (SMITH, 1996 *apud* SÁNCHEZ, 2003, pág. 61).

alguns dos exemplos de pesquisas capazes de avaliar qual tem sido o papel do telejornalismo no intuito de minimizar ou reforçar o processo de exclusão das comunidades que vivem em áreas de habitação popular.

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil.** Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. **Contemporânea**, n. 21, v. 1, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Efeito de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do Mundo.** RJ: Ed. Vozes, 1993. p. 159-166.

BRASIL, 2001. **Estatuto da Cidade.** Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 23 de julho de 2017.

EMERIM, Cárilda. **Mesa Coordenada 2 GIPTele - Rede Telejor.** SBPJor, 2016. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2016/paper/viewFile/62/65> Acesso em: 23 de julho de 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014.** Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade.** São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005. Disponível em: http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/view/196/154. Acesso em: 13 de julho de 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** Chapecó (SC): Argos, 2003

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, Angelo. **Lugar e Mídia.** São Paulo: Contexto, 2011.